



#### **4ª Alteração ao Plano de Urbanização de Almeirim.**

**Alteração do artº72 do regulamento (área de servidão da circular urbana/espaco canal)  
Eliminação da zona de reserva para o novo cemitério de Almeirim  
Adaptação à 8ª alteração ao PDM**

#### **Procedimento para a Alteração do Plano de Urbanização de Almeirim**

#### **FUNDAMENTAÇÃO DE ISENÇÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

A alteração proposta consiste em:

- Alteração do artº72 do Regulamento do Plano no sentido de reduzir a denominada zona non-aedificandi da circular urbana de Almeirim, inserida na classe de espaço “Espaços canais”;
- Eliminação da planta de zonamento da referência à área reservada para o novo cemitério de Almeirim, inserida na zona cuja classe de espaço é denominada por Espaços Verdes e se encontra regulamentada no artº69 deste Instrumento de Gestão Territorial (IGT).
- Adaptação ao Plano Director Municipal (8ª alteração), no que concerne à rectificação do desajustamento existente no limite urbano nos terrenos da Sumol+Compal (zona norte) e requalificação funcional de parte da área de Espaço Verde requalificada em Área Industrial no âmbito dessa alteração ao PDM.

De acordo com o n.º 2 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, é da competência da entidade responsável pela alteração do PDM (Câmara Municipal), averiguar se a mesma se encontra sujeita a avaliação ambiental, atendendo aos critérios estabelecidos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que permitem a determinação da probabilidade de provocar eventuais efeitos significativos no ambiente.

Assim sendo, e atendendo ao n.º 1 do artigo 120.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, “as pequenas alterações aos programas e aos planos territoriais só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente”.

**Os critérios que determinam a probabilidade de efeitos significativos no ambiente são os seguintes:**

**1 - Características da alteração do plano tendo em conta:**

- a) Grau em que a alteração ao plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;
- b) Grau em que a alteração ao plano influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;
- c) Pertinência da alteração ao plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;
- d) Problemas ambientais pertinentes para a alteração do plano;
- e) Pertinência da alteração do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente.

**2 - Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada, tendo em conta:**

- a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;
- b) A natureza cumulativa dos efeitos;
- c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;
- d) Os riscos para a saúde humana e para o ambiente, designadamente devido a acidentes;
- e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;
- f) O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:
  - i. Características naturais específicas ou património cultural;
  - ii. Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;
  - iii. Utilização intensiva do solo;
- g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

**A alteração ao Plano de Urbanização pretendida afetará uma área de território reduzida, não abrangendo qualquer valor ou recurso ambiental. Traduz-se numa mera redução da largura da faixa de reserva/espço canal destinado à implantação da futura circular urbana e eliminação da reserva de afectação de uma zona inserida na denominada classe de espaço “Espço Verde”, ao futuro cemitério da cidade.**

**Assim, considera-se não haver efeitos significativos no ambiente e como tal não estar sujeita a AA, de acordo com o disposto n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º do RJAA.**

Almeirim, 29 de junho de 2017